



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Nas minhas interpelações escritas datadas de 7 de Maio de 2015, 17 de Novembro de 2015, 3 de Agosto de 2016, 11 de Maio de 2017 e 5 de Maio de 2020; nas interpelações orais de 6 de Maio de 2015, 12 de Abril de 2016, 26 de Março de 2018 e 12 de Dezembro de 2019; nas intervenções antes da ordem do dia de 12 e 25 de Novembro de 2015, e nos debates das Linhas de Acção Governativa para 2015, 2016 e 2020 da área da Administração e Justiça, apresentei queixas sobre os incómodos causados a residentes pelas infiltrações de água em edifícios habitacionais. Nos respectivos casos, como os moradores da fracção causadora da infiltração de água não prestaram cooperação, a respectiva reparação tornou-se difícil. Assim, os residentes não têm outra alternativa senão recorrer à acção judicial, o que gasta muito o seu tempo e esforço. Neste sentido, exortei, várias vezes, o Governo a “servir melhor o cidadão” e a rever, quanto antes, a lei em causa para resolver as dificuldades da população, no entanto, ao longo destes anos, não se registaram quaisquer melhorias.

Síntese das respostas dadas pelo Governo às minhas interpelações escritas e orais sobre as infiltrações de água, entre 2015 e 2020	
Ano	Síntese
2015	<i>A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça irá proceder à revisão do Código de Processo Civil para a simplificação de</i>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

	<p><i>procedimentos, com vista a resolver as dificuldades que os agentes de autoridade enfrentam “em acederem às moradias”.</i></p>
2016	<p><i>Nos trabalhos da revisão do Código de Processo Civil em curso, o Governo da RAEM seguirá as orientações da simplificação de processo e do aumento da eficácia processual para melhorar os procedimentos do processo civil... A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça está a auscultar as opiniões profissionais do grupo de trabalho especializado do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, colaborando com o mesmo para definir um plano de revisão.</i></p>
2017	<p><i>O Governo da RAEM, através do grupo de trabalho especializado criado no âmbito do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, tem efectuado análises e estudos preliminares, tendentes a um melhor aperfeiçoamento das respectivas normas do Código de Processo Civil vigente e já apresentou o respectivo parecer e proposta.</i></p>
2018	<p><i>O Governo da RAEM procedeu à revisão sobre o âmbito da aplicação do processo sumário consagrado no Código de Processo Civil, na qual se propõe que se recorra a um procedimento mais simples para os casos com valor da causa não superior a 250 mil patacas, estando já concluída a elaboração da respectiva proposta de lei. Ao mesmo tempo, o mesmo ponderará a alteração do Código de Processo Civil, na qual se propõe a inclusão dos casos cujo valor da causa não</i></p>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

	<p><i>exceda 50 mil patacas, no âmbito das competências do Juízo de Pequenas Causas Cíveis, bem como o aperfeiçoamento do regime cautelar no âmbito do processo civil, para que a eficiência processual seja elevada. O Governo da RAEM irá proceder, com uma atitude prudente, aos estudos sobre a respectiva produção legislativa e estudar, de forma aprofundada e com base em vários aspectos, as diversas soluções viáveis.</i></p>
2019	<p><i>No que diz respeito à obrigatoriedade da entrada em habitações para efeitos de inspecção, a lei vigente não dispõe deste mecanismo, e isto, também, envolve os direitos fundamentais dos residentes, pelo que o Governo vai continuar a auscultar as opiniões dos cidadãos e a proceder aos estudos respectivos, com vista a encontrar propostas viáveis.</i></p>
2020	<p><i>A fim de permitir que o poder público possa dar uma resposta adequada e consentânea que coadjuve os moradores na resolução do problema das infiltrações, o presente Governo criou um grupo de trabalho, que tem por missão rever o circuito de trabalho desenvolvido pelo Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, analisar as barreiras que constroem a sua resolução, desburocratizar os procedimentos administrativos que assumem um carácter interdepartamental e estudar a criação de um mecanismo de arbitragem necessário, que permita efectuar a presunção dos</i></p>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

<p><i>proprietários que se recusaram a colaborar na resolução do problema a assumirem a devida responsabilidade, tendo em vista resolver rapidamente as situações de infiltração.</i></p>

Segundo a referida síntese das respostas dada pelo Governo às minhas interpelações escritas e orais, este afirmou, sempre, que estava a estudar soluções. Assim, alguns cidadãos pediram-me para perguntar mais uma vez ao Governo o seguinte: segundo as referidas respostas, o Governo gastou, certamente, muitos recursos humanos e materiais para os respectivos estudos, mas quais são os que conseguem resolver efectivamente os problemas dos cidadãos? Pode-se dar exemplos? Ou será que nenhum deles consegue resolver os problemas? Porquê? A partir de 2015, quando o nosso grupo de trabalho recebe as queixas de residentes sobre os incómodos causados pelas infiltrações de água em edifícios, apresenta interpelações ao Governo, mas, até à presente data, parece que o Governo ainda não tem qualquer solução concreta para resolver o problema das infiltrações de água em habitações. Gostaria, então, de perguntar: qual é o ponto de situação desses estudos? Até ao momento, de que medidas dispõe o Governo para resolver esta questão que tanto preocupa a população? Vai divulgá-las ao público?

Assim sendo, interpelo, por escrito, o Governo sobre o seguinte:

1. Alguns cidadãos pediram-me para perguntar mais uma vez ao Governo o seguinte: segundo as referidas respostas, o Governo gastou, certamente,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

muitos recursos humanos e materiais para os respectivos estudos, mas quais são os que conseguem resolver efectivamente os problemas dos cidadãos? Pode-se dar exemplos? Ou será que nenhum deles consegue resolver os problemas? Porquê? Solicito que sejam prestados esclarecimentos detalhados aos cidadãos.

2. A partir de 2015, quando o nosso grupo de trabalho recebe as queixas dos residentes sobre os incómodos causados pelas infiltrações de água em edifícios, apresenta interpelações ao Governo, mas, até à presente data, parece que o Governo ainda não tem qualquer solução concreta para resolver o problema das infiltrações de água em habitações. Gostaria, então, de perguntar: qual é o ponto de situação desses estudos? Até ao momento, de que medidas dispõe o Governo para resolver esta questão que tanto preocupa a população? Vai divulgá-las ao público?

8 de Outubro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Mak Soi Kun